



jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS

A trágica fatalidade que vitimou o presidente Tancredo Neves, antes que o País pudesse tê-lo à frente de seu governo, torna controversível qualquer intento de sistematização de seu projeto político. Existem múltiplos elementos desse projeto: o programa da Aliança Democrática, os pronunciamentos do candidato e do presidente eleito, os ensinamentos que podem ser recolhidos de sua vida pública progressa, notadamente como ministro da Justiça de Vargas, como primeiro-ministro de Goulart e como governador de Minas e, finalmente, as tendências políticas implícitas na composição de seu Ministério. Com tudo isto, não obstante, é evidente que o projeto político de um governo que não chegou a se iniciar contém muitos outros elementos inescrutáveis. Uns porque permaneciam, com maior ou menor grau de elaboração, na mente do estadista. Muitos outros porque emergiam de acordo com as circunstâncias, exprimindo a interação entre o estadista e o curso dos eventos.

Feita essa decisiva ressalva, creio, não obstante, que se pode, dentro de uma aceitável margem de confiabilidade, esboçar as grandes linhas do Projeto Tancredo Neves para o Brasil. Considere-se, apenas, que em qualquer intento dessa ordem — como o que a seguir apresentarei — é necessário reconhecer que outros analistas poderiam, também razoavelmente, identificar diferentes tendências e distribuir distinta ponderação à importância relativa de cada qual.

Três eram, no meu entendimento, as principais prioridades de Tancredo Neves. No campo institucional e político, seu objetivo era a restauração de um estilo democrático e liberal de governo e de ordenação política do País, que conduziria, por um lado, ao pronto expurgo de todos os resíduos autoritários existentes na Legislação, nas instituições e nas práticas públicas. Por outro lado, esse objetivo conduziria a uma ampla discussão nacional do projeto de uma nova Constituição, discussão essa para a qual seu governo se propunha a dar um importante subsídio, por intermédio da comissão a ser presidida pelo professor Afonso Arinos. A partir dessa discussão, o presidente Tancredo Neves tinha, declaradamente, a intenção de propor a atribuição de poderes constituintes ao futuro Congresso Nacional, a ser eleito em novembro de 1986. O deputado Ulysses Guimarães, como presidente da Câmara; o senador Fernando Henrique Cardoso, como líder do governo no Congresso; e o deputado Fernando Lyra, como ministro da Justiça, eram os homens-chave desse projeto democrático.

Na área econômico-financeira, Tancredo Neves se propunha a alcançar dois principais objetivos: por um lado, com Francisco Dornelles, na Fazenda, o saneamento geral das finanças públicas, com a reversão da atual tendência dos preços e a redução da inflação, e, por outro lado, com João Sayad, no Planejamento, a retomada do desenvolvimento, com a recuperação do pleno emprego. Tratava-se de atacar a terrível estagnação em que nos encontramos mergulhados, nestes últimos anos, corrigindo os seus dois contraditórios termos: a inflação e a estagnação econômica.

Na área social, o projeto de Tancredo Neves diferenciava objetivos de curto, médio e longo prazos. A curto prazo, propunha-se a pôr imediatamente em marcha um conjunto de medidas que aliviassem os piores aspectos do desemprego e amparassem os setores mais desvalidos da população. A médio prazo, visava a alcançar, com Almir Pazzianotto, no Trabalho, um amplo consenso nacional em torno de um novo pacto social. Um pacto social que asseguraria, por uma de suas vertentes, um razoável equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho, notadamente com vistas a viabilizar um estável controle da inflação. Por outra de suas vertentes, esse novo pacto social, com Waldir Pires, na Previdência, se abriria para os objetivos de longo prazo, conduzindo a uma significativa redução das escandalosas desigualdades sociais ora existentes no País. Esse objetivo de longo prazo consistia, fundamentalmente, numa gradual mas continuada elevação do padrão de vida, de capacitação e de participação das grandes massas.

Esse grande projeto continha necessariamente, nas áreas econômica e social, importantes contradições, que Tancredo Neves se propunha a resolver, em parte, pelo escalonamento, no tempo, de seus objetivos e, em parte, por uma oportuna arbitragem do presidente entre tendências e personalidades conflitantes.

Tudo indica que suas duas imediatas prioridades seriam o controle da inflação — considerado como requisito prévio a qualquer administração racional — e um programa social de emergência — considerado como condição prévia a qualquer convívio humano e democrático na sociedade brasileira. A compatibilização entre essas duas prioridades seria obtida mediante a transferência, para os objetivos sociais imediatos, de recursos disponíveis de distintas fontes, dentro de um quadro de severa restrição do total dos gastos públicos.

Tudo indica, por outro lado, que a compatibilização entre um programa básico de contenção da inflação e o plano de relançamento do desenvolvimento se realizaria mediante o escalonamento, no tempo, das etapas deste último. O exercício de 1985 e, se necessário, o seguinte seriam consagrados à redução da inflação, mediante uma ortodoxa política de eliminação de déficits públicos e de controle dos meios de pagamento. Controlada a inflação, se iniciaria um programa de desenvolvimento econômico e social, relativamente pouco intensivo de capital, orientado para o pleno atendimento das demandas básicas do mercado interno e das grandes massas e para a sustentação do esforço de exportação e, conseqüentemente, dos superávits da balança comercial. Supunha-se, para tal, que a infraestrutura econômica herdada dos governos Kubitschek e Geisel seria suficiente, a médio prazo, para as necessidades do País. Somente a longo prazo, já no final de seu governo, o presidente Tancredo Neves pensava em se dedicar a um esforço, inevitavelmente muito intensivo de capital, de nova expansão das bases infra-estruturais.

Esse projeto de governo, explícita,



O Projeto Tancredo Neves

O LEGADO E AS OPCOES

O novo governo terá de enfrentar e superar difíceis obstáculos para poder administrar com êxito a herança deixada por Tancredo Neves. Há várias alternativas para isso, como explica o professor Hélio Jaguaribe nesta página. Na página seguinte, Gérard Lebrun, Tércio Sampaio Ferraz Jr. e Fabio Wanderley Reis mostram como é complexa a situação e discutem as dificuldades da Nova República.

mas sobretudo implicitamente, respaldado pelo mais amplo consenso nacional jamais alcançado na história do País, constitui o legado que Tancredo Neves deixa ao presidente Sarney e às lideranças da Aliança Democrática. Trata-se de um legado por eles recebido com genuína deliberação de executá-lo. Em que medida, entretanto, o presidente Sarney e a Aliança Democrática, desaparecido o grande mediador, poderão dar apropriada implementação a esse projeto?

As condições de Sarney

Na verdade, o governo do presidente Sarney se defronta com três distintas ordens de condições, para poder administrar com êxito o legado de Tancredo Neves. A primeira constitui um requisito prévio. Presidente cuja legitimidade, como sucessor de Tancredo Neves, é reconhecida e endossada por toda a opinião pública, seu primeiro problema consiste na restrita margem de representatividade política que lhe advém de sua condi-

ção de recém-egresso do situacionismo e recém-ingresso no PMDB. O requisito prévio de que depende o governo Sarney é o alargamento de sua representatividade, mediante, inicialmente, um apropriado equacionamento, relativamente à Aliança Democrática e à opinião pública, das personalidades que integrem seu governo e das tendências que nele se exprimam. E logo a seguir, mediante a antecipação da convocação da Constituinte, ainda para este exercício, de sorte a con-

ferir, à mais alta agência de representação da soberania popular, a decisão de todos os problemas institucionais pendentes.

A segunda condição de êxito do governo Sarney depende da medida em que este encaminhe apropriadamente a resolução das contradições contidas no projeto Tancredo Neves e, na verdade, inerentes aos problemas do País. Tanto o programa de governo do falecido presidente, quanto a realidade nacional, contém duas dimensões reciprocamente conflitantes. Uma dimensão "conservadora", vinculada à necessidade de saneamento financeiro, controle da inflação e correção de uma infinidade de abusos e erros nas estruturas e práticas públicas. Uma dimensão "progressista", concernente ao imperativo de retomada do desenvolvimento e sua reorientação para o atendimento das necessidades básicas do País e das grandes massas. Como compatibilizar as contraditórias exigências que decorrem da essência mesma da estagnação, quando o que convém ao saneamento financeiro aprofunda a estagnação e o que convém ao relançamento do desenvolvimento exacerbam a inflação?

A terceira condição de êxito do governo depende, essencialmente, do próprio desempenho do presidente Sarney, naquela crucial área de decisões que é intransferivelmente da responsabilidade do estadista e requer apropriada combinação de lucidez com determinação, de prudência com coragem e de generosidade de fins com disciplina de meios.

As grandes opções

Nas condições precedentemente referidas abrem-se, para o presidente Sarney, algumas decisivas opções. Na dimensão subjetiva da personalidade e do estilo, está em jogo a forma pela qual o presidente tratará seus problemas, assumindo pública e nitidamente o risco de identificá-los e confrontá-los, ou os contornando e minimizando, por razões de habilidade tática. Na dimensão objetiva, estão em jogo os problemas mesmos e as soluções alternativas que comportem.

Considerando, apenas, o aspecto objetivo dessa problemática, o primeiro conjunto de opções que se impõe ao presidente Sarney se refere à questão de sua insuficiente representatividade. Não pode haver dúvidas quanto ao requisito prévio de que presentemente depende o alargamento dessa representatividade. Este é o da consolidação da Aliança Democrática, com a preservação de sua unidade interna. Na presente conjuntura, nada seria mais fatal para essa unidade do que a aceitação do projeto, favorecido pelo sr. Leonel Brizola, de se convocarem, prontamente, eleições presidenciais diretas. Os dois partidos integrantes da Aliança seriam compelidos, ademais dos outros, a apresentarem candidato próprio à Presidência, convertendo em conflito eleitoral a presente cooperação no âmbito da Aliança. Inversamente, o que prontamente fortalecerá a Aliança será uma realista revisão, pelo sr. José Sarney, da composição de seu ministério e assessores diretos, de sorte a ajustar o equilíbrio ponderado da representação de grupos e tendências, integrantes da Aliança Democrática, à sua própria e específica maneira de lidar com as coisas. E, subseqüentemente, a antecipação, ainda para este exercício, da convocação da Constituinte, para a qual convergirão os dois partidos.

O segundo conjunto de opções com que se depara o presidente Sarney diz respeito à difícil compatibilização entre as dimensões conservadora e progressista da problemática do País e, como inevitável reflexo desta, da composição de seu próprio governo. Já se mencionou, precedentemente, como o presidente Tancredo Neves, ao que tudo indica, pensava em resolver essas contradições escalonando, no tempo, as etapas da retomada do desenvolvimento. De imediato, daria prioridade ao combate à inflação e, no âmbito das decorrentes restrições, à pronta adoção de medidas aliviadoras dos aspectos mais agudos do desemprego e do desamparo dos estratos mais desvalidos da população. Posteriormente, poria em marcha um grande programa desenvolvimentista, relativamente pouco intensivo de capital. E só na hipótese de um exitoso fim de governo retomaria as grandes inversões infra-estruturais.

Esse escalonamento no tempo sem dúvida se apresenta, de um modo geral, como algo de também viável e conveniente para o presidente Sarney. As coisas se agilizam, entretanto, quando entram em conflito, concomitantemente, exigências contraditórias que exigem opções reciprocamente excludentes. De todas essas, nenhuma é atualmente mais séria do que as que decorrem do problema da dívida externa. E esta, na verdade, é também a questão em relação à qual eram menos claras as formulações de Tancredo Neves. Com efeito, o falecido presidente, ao mesmo tempo em que declarava que a dívida externa não seria atendida às custas da miséria do povo e da estagnação do País, também se comprometia a cumprir o pactuado e a respeitar as condições herdadas do governo Figueiredo.

O presidente Sarney não poderá ainda, no curso do presente exercício, furtar-se ao imperativo de dirimir as contradições, em matéria de dívida externa, herdadas da administração anterior. Porque, muito simplesmente, com a atual taxa de altos juros, mantida por unilateral decisão, do **Federal Reserve**, que drena mais de US\$ 12 bilhões de nossas divisas para o Exterior, sacrificando cerca de 50% de nossa poupança interna e lançando no mercado doméstico, inflacionariamente, sem nenhuma contrapartida interna, cerca de Cr\$ 60 trilhões por ano, nem se logra conter a inflação, alimentada por tais cruzeiros, nem retomar o crescimento, asfixiado pela alienação de metade de nossa poupança. O controle da inflação e a retomada do crescimento exigem, portanto, desde agora, uma reestruturação da dívida, mediante a qual, consensual ou unilateralmente, o Brasil reduza a menos da metade, os juros que drena para o Exterior.

É ante problemas como esse e as opções que ele apresenta que se definirá a terceira, e, na verdade, essencial condição de êxito do governo Sarney: sua capacidade de assumir, com lucidez e determinação, confrontações e riscos que não podem ser objetivamente evitados.

